



ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO

ADOÇÃO

REGIME JURÍDICO • REQUISITOS
EFEITOS • INEXISTÊNCIA • ANULAÇÃO

4ª edição

revista, atualizada
e ampliada



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva Filho, Artur Marques da

Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação / Artur Marques da Silva Filho. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-5321-979-7

1. Adoção – Leis e legislação – Brasil

I. Título.

19-30591

CDU-347.633(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Adoção : Direito civil 347.633(81)(094)

2. Leis : Adoção: Brasil : Direito civil 347.633(81)(094)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

| | |
|---|---|
| APRESENTAÇÃO À 4. ^a EDIÇÃO | 5 |
|---|---|

TÍTULO I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

| | |
|--|----|
| 1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES | 15 |
| 1.1 Colocação do tema | 15 |
| 1.2 Desenvolvimento | 18 |
| 2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA | 20 |
| 2.1 Antiguidade | 20 |
| 2.2 Direito romano | 23 |
| 2.3 Idade Média | 27 |
| 2.4 Idade Moderna | 28 |
| 2.5 Direito brasileiro | 31 |
| 2.5.1 Fase pré-codificada | 31 |
| 2.5.2 Código Civil de 1916 | 33 |
| 2.5.3 Legislação menorista | 34 |
| 2.5.4 Código Civil de 2002 | 35 |
| 2.5.5 O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nacional da Adoção e alterações posteriores | 38 |
| 3. BREVE VISÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO | 44 |
| 3.1 Advertência prévia | 44 |
| 3.2 Direito francês | 45 |
| 3.3 Direito português | 48 |
| 3.4 Direito italiano | 49 |
| 3.5 Direito espanhol | 51 |
| 3.6 Direito argentino | 53 |
| 3.7 Direito chileno | 55 |

| | | |
|-----|-------------------------------|----|
| 3.8 | Direito inglês | 57 |
| 3.9 | Direito norte-americano | 58 |

TÍTULO II

ESTRUTURA DO REGIME JURÍDICO DA ADOÇÃO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1. | CONCEITO, NATUREZA E REGIME JURÍDICO DA ADOÇÃO | 63 |
| 1.1 | Conceito de adoção | 63 |
| 1.2 | Natureza jurídica | 67 |
| 1.3 | Regime jurídico | 70 |
| 2. | REQUISITOS PESSOAIS | 72 |
| 2.1 | Introdução | 72 |
| 2.2 | Requisitos quanto ao adotante | 73 |
| 2.2.1 | Capacidade | 73 |
| 2.2.2 | Idade | 75 |
| 2.2.3 | Diferença de idade | 77 |
| 2.2.4 | Proibições | 79 |
| 2.2.5 | Pessoas jurídicas | 85 |
| 2.2.6 | Restrições temporárias | 87 |
| 2.3 | Requisitos quanto ao adotado | 89 |
| 2.3.1 | Capacidade | 89 |
| 2.3.2 | Idade | 95 |
| 2.3.3 | Diferença de idade e proibições | 95 |
| 2.4 | Adoção singular e conjunta | 96 |
| 2.4.1 | Ideias gerais | 96 |
| 2.4.2 | Adoção singular | 98 |
| 2.4.3 | Adoção conjunta | 102 |
| 2.4.4 | Adoção póstuma | 105 |
| 2.4.5 | Adoção por casais homoafetivos | 108 |
| 2.4.6 | Adoção <i>intuitu personae</i> | 119 |
| 2.4.7 | Adoção “à brasileira” | 122 |
| 2.4.8 | Adoção tardia | 125 |
| 3. | REQUISITOS FORMAIS | 128 |
| 3.1 | Noções gerais | 128 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 3.2 | Cadastramento | 130 |
| 3.2.1 | Nacionais e estrangeiros residentes e domiciliados no País | 130 |
| 3.2.1.1 | Procedimento de habilitação | 134 |
| 3.2.2 | Estrangeiros residentes ou domiciliados fora do País | 136 |
| 3.2.2.1 | Breve retrospectiva | 136 |
| 3.2.2.2 | Notas à adoção internacional | 138 |
| 3.2.2.3 | Restrições aos estrangeiros residentes ou domiciliados fora do País | 139 |
| 3.2.2.4 | Procedimento de habilitação | 150 |
| 3.3 | Hipóteses de dispensa prévia de habilitação | 152 |
| 3.4 | Intervenção jurisdicional | 153 |
| 3.4.1 | Prévia consideração | 153 |
| 3.4.2 | O procedimento adotivo | 154 |
| 3.4.2.1 | O pedido de adoção | 154 |
| 3.4.2.2 | Sobre o consentimento dos pais ou do representante legal do adotando | 157 |
| 3.4.2.3 | Sobre o consentimento do adotando | 161 |
| 3.4.2.4 | Estágio de convivência | 162 |
| 3.4.2.5 | Das crianças e adolescentes indígenas ou provenientes de comunidade remanescente de quilombo | 164 |
| 3.4.2.6 | O Ministério Público | 164 |
| 3.4.2.7 | Forma de constituição do vínculo adotivo | 165 |
| 3.4.2.8 | Recursos | 171 |
| 3.5 | Perfil dos requerentes e das crianças e adolescentes integrantes do Cadastro Nacional da Adoção | 172 |

TÍTULO III EFEITOS DA ADOÇÃO

| | | |
|-------|---|-----|
| 1. | EFEITOS PESSOAIS | 179 |
| 1.1 | A ruptura dos vínculos jurídicos entre o adotado e a sua família original | 179 |
| 1.2 | Poder familiar | 185 |
| 1.2.1 | O procedimento de decretação da perda e suspensão do poder familiar | 193 |

12 | ADOÇÃO

| | | |
|-----|---|-----|
| 1.3 | O nome do adotado..... | 196 |
| 1.4 | Impedimentos matrimoniais..... | 201 |
| 1.5 | Aquisição da nacionalidade | 205 |
| 2. | EFEITOS PATRIMONIAIS..... | 211 |
| 2.1 | Direito a alimentos..... | 211 |
| 2.2 | Direitos sucessórios | 215 |
| 2.3 | Administração dos bens do adotado | 218 |
| 2.4 | Responsabilidade civil | 221 |

TÍTULO IV
INEFICÁCIA E CESSAÇÃO
DA RELAÇÃO ADOTIVA

| | | |
|-----|--|-----|
| 1. | NOÇÕES GERAIS | 227 |
| 1.1 | Os princípios da irrevogabilidade e da irretroatividade..... | 227 |
| 2. | VÍCIOS NA FORMAÇÃO DO VÍNCULO DA ADOÇÃO | 235 |
| 2.1 | Inexistência | 235 |
| 2.2 | Anulação..... | 237 |
| 2.3 | Efeitos..... | 239 |

| | |
|------------------------|-----|
| REFLEXÕES FINAIS | 241 |
|------------------------|-----|

| | |
|--------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA | 247 |
|--------------------|-----|

ANEXOS

| | |
|---|-----|
| I – Quadros Comparativos | 259 |
| Quadro comparativo da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei 13.257/2016 | 259 |
| Quadro comparativo da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei 13.509/2017 | 269 |
| II – As Comissões Estaduais de Adoção | 288 |
| III – Organismos Internacionais Credenciados | 294 |
| OUTRAS OBRAS DO AUTOR..... | 301 |